Inteligência climática para decidir onde investir



» IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Assessora da Presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

» HENRIQUE VASQUEZ
Gerente do Departamento de Indústria de Base Extrativa da Finep

A COP31, em Antália, na Turquia, recoloca um desafio central da agenda climática: transformar conhecimento e compromissos em decisões de investimento. Sem dados integrados e contínuos, não há como orientar a implementação nem avaliar seus resultados.

Ao lançar, em 3 de novembro, os dois mapas do caminho da presidência brasileira da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago observou que o clima muda mais rápido do que as negociações. Um documento trata do afastamento dos combustíveis fósseis; o outro, de parar e reverter o desmatamento até 2030. Voluntários e voltados à implementação, ambos começam pela necessidade de conhecer melhor a realidade sobre a qual se pretende agir.

O mapa de energia propõe que cada país avalie, até 2028, sua exposição aos combustíveis fósseis e sua capacidade de transição. O de florestas tem como primeira proposta aprimorar os sistemas de informação e monitoramento. Nos dois casos, produzir e usar dados é condição para definir prioridades e acompanhar mudanças.

O Brasil tem base para isso. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançou em junho o DataClima+, que integra a informação climática em um Sistema Nacional de Transparência Climática e acompanha a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Mantém também o Sinapse, que simula o efeito de políticas setoriais sobre as emissões. É o que chamamos de inteligência climática: a cadeia que vai da observação e integração dos dados à simulação e à decisão. Sua utilidade deve alcançar as escolhas de investimento, além dos relatórios enviados à Convenção do Clima.

Integrar essas informações permite identificar territórios mais vulneráveis, orientar chamadas de pesquisa e priorizar tecnologias com potencial de reduzir emissões e ampliar a capacidade de adaptação. Permite também reconhecer lacunas de conhecimento que precisam ser enfrentadas para melhorar as próprias decisões.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) está dos dois lados dessa cadeia. Financia a infraestrutura que produz informação, como a ampliação do monitoramento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), com R$ 147,8 milhões, e o AmazonFACE, com R$ 32 milhões. Esse último investiga como a floresta amazônica responde ao aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Ao mesmo tempo, a instituição precisa dessa informação para orientar o financiamento e avaliar os resultados que ele ajuda a produzir.

Os cientistas reunidos nos seminários da Finep em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apontaram caminhos: métricas que relacionem o investimento em ciência à redução de emissões, fomento dirigido às lacunas do inventário nacional, chamadas territorializadas e continuidade das séries de observação, que perdem valor quando interrompidas. Trata-se de combinar a ampliação dos recursos com uma orientação cada vez mais estratégica.

O tema é global. Segundo o mapa do caminho para parar e reverter o desmatamento até 2030, lançado pela presidência da COP30 com dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Puma), 88,3% do financiamento florestal registrado em 2023 veio de orçamentos públicos nacionais. O documento aponta a necessidade de ampliar esse volume de US$ 84,5 bilhões para mais de US$ 300 bilhões por ano até 2030. Esses números evidenciam o peso dos recursos nacionais. Nesse esforço, instituições como a Finep têm uma contribuição específica: financiar a pesquisa, o monitoramento e o desenvolvimento tecnológico que sustentam as decisões.

A cooperação internacional, por sua vez, ganha força quando ajuda cada país a formar pessoas e instituições capazes de produzir e usar os próprios dados. Essa capacidade amplia a autonomia para definir prioridades e acompanhar os efeitos das políticas adotadas.

O próximo ciclo do governo Lula atravessará o segundo Balanço Global, em 2028, e chegará à meta florestal de 2030. O Brasil saberá demonstrar como seus investimentos em ciência e inovação contribuíram para reduzir emissões e preparar o país para os impactos da mudança do clima? A resposta exige que a inteligência climática oriente a escolha dos investimentos e a avaliação de seus resultados.



Orange the World: acabar com a violência baseada em gênero é uma responsabilidade de todos os homens

» ANTTI KASKI
Embaixador da Finlândia

» EVA BISGAARD PEDERSEN
Embaixadora da Dinamarca

» KJETIL ELSEBUTANGEN
Embaixador da Noruega

» KARIN WALLENSTEEN
Embaixadora da Suécia

A violência baseada em gênero continua sendo um grave desafio para os direitos humanos e para a segurança pública. Apesar dos avanços em muitas áreas da igualdade de gênero, a violência contra mulheres e meninas persiste em todos os lugares. Nenhum país pode afirmar que resolveu esse problema. Isso também é verdade para os países nórdicos. Apesar de nossos sistemas de bem-estar social, dos elevados níveis de igualdade de gênero e das amplas proteções legais, a violência baseada em gênero continua afetando dezenas de milhares de mulheres e meninas todos os anos. De acordo com a experiência dos países nórdicos, um fator fundamental para acabar com a violência contra mulheres e meninas é reconhecer que a responsabilidade por erradicar a violência baseada em gênero não pode recair apenas sobre mulheres e meninas. Homens e meninos devem fazer parte da solução, pois também têm o poder de transformar as normas e os comportamentos que a sustentam.

Elogiamos o Brasil por seu foco no combate à violência contra mulheres e meninas, incluindo a assinatura do pacto nacional contra o feminicídio. Compartilhamos a convicção de que todos devem trabalhar juntos por todas as mulheres — todos juntos por todas. Enquanto muitos permanecerem em silêncio diante do sexismo, dos abusos e da violência, a violência baseada em gênero continuará existindo.

A persistência da violência praticada por parceiros íntimos, da violência sexual, do controle coercitivo e dos abusos facilitados pela tecnologia demonstra que a igualdade legal, por si só, é insuficiente. O investimento contínuo em prevenção, apoio às vítimas e responsabilização dos agressores continua sendo essencial.

Neste ano, a campanha global Orange the World concentra-se em garantir justiça, proteger as sobreviventes e acabar com a impunidade em casos de violência baseada em gênero. As sobreviventes devem ter acesso a proteção eficaz, serviços de apoio e justiça, e os agressores devem ser responsabilizados. A campanha é um importante lembrete de que a violência contra mulheres e meninas continua sendo uma das violações de direitos humanos mais difundidas e persistentes do mundo. Ela compromete a saúde, a segurança e as oportunidades das mulheres, enfraquece a democracia, as sociedades e as economias, e impede que mulheres e meninas usufruam plenamente de seus direitos humanos. Esse é um desafio comum que enfrentamos globalmente, e precisamos encontrar soluções juntos.

Responder à violência faz parte do tratamento do problema: com abrigos, serviços de apoio e mecanismos de proteção são essenciais, mas devem caminhar lado a lado com esforços para enfrentar as causas profundas da violência. Isso exige uma ênfase maior na prevenção, incluindo o enfrentamento de estereótipos de gênero prejudiciais, a promoção da igualdade e a garantia de que toda criança cresça compreendendo que a violência nunca é aceitável. Somente ao abordar as causas estruturais da violência baseada em gênero poderemos construir sociedades em que tais serviços sejam necessários com menos frequência no futuro.

Os homens têm um papel especial na prevenção da violência contra as mulheres. Não basta simplesmente abster-se de cometer violência. A verdadeira responsabilidade está na coragem de intervir diante de casos de violência, comportamentos abusivos, atitudes prejudiciais e assédio on-line. Conclamamos todos os homens e meninos, brasileiros ou nórdicos, a desafiar normas destrutivas, responsabilizar uns aos outros e agir antes que a violência aconteça.

Para referência, a campanha Orange the World é a iniciativa global da ONU Mulheres para combater e eliminar a violência contra mulheres e meninas, acontecendo todos os anos de 25 de novembro a 10 de dezembro, durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

O exército que não dorme: a campanha permanente e seus perigos

Poucas expressões traduzem tão bem o espírito do tempo político brasileiro quanto o chamado "Exército do Lula". Criado em abril deste ano pelo deputado André Janones como canal de WhatsApp, o grupo chegou, segundo informações divulgadas, a cerca de 10,9 milhões de participantes e foi celebrado por aliados como peça decisiva na vitória do presidente, que terminou a disputa com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% de Flávio Bolsonaro. O êxito, porém, não torna a ideia inocente. Ao contrário: é justamente o sucesso que obriga o país a perguntar o que, afinal, se construiu ali, e a que serve.

Comecemos pelo nome. Ninguém batiza de exército uma comunidade de debate, uma associação de eleitores ou uma rede de voluntários. Exército pressupõe hierarquia, disciplina e comando. Pressupõe também um inimigo. Não por acaso, o próprio Janones falou em "general" e "marechal", e o presidente, em tom de pilhéria que revela mais do que esconde, comparou seus soldados virtuais ao Exército do Vietnã que derrotou os Estados Unidos, chamando o celular de "arma" da campanha.

A resposta oficial é que se trata do "exército da paz", do "maior exército democrático do mundo". A retórica da paz, porém, só convence quando as palavras e os atos caminham juntos. Um canal que opera por ordens do dia, que convoca vigílias, lives de 24 horas e "missões" coordenadas e que se define por metáforas bélicas cultiva um vocabulário de confronto, ainda que a intenção declarada seja outra. Em política, a linguagem educa o comportamento. Chamam o adversário de alvo e o eleitor de soldado.

Além do vocabulário

O que se vendeu como mobilização espontânea de cidadãos funciona, na prática, como uma estrutura centralizada de distribuição de mensagens. Milhões de pessoas recebem, de um único emissor, orientações prontas para replicar, impulsionar e atacar. Não há assembleia, não há estatuto, não há prestação de contas. Há um administrador, um canal e uma audiência treinada a reagir. É a lógica da propaganda de massas vestida com o figurino da participação popular, e o fato de a maquinaria operar em plataforma privada, longe do escrutínio que se exige de partidos e de campanhas formais, só agrava a questão.

Em canais fechados, sem contraditório e com audiência em estado de prontidão, o controle de qualidade do que circula depende apenas da boa-fé de quem comanda. A experiência recente do país ensina o que acontece quando a velocidade da mensagem supera a checagem: exageros viram certezas, promessas viram compromissos e ataques viram verdades. Que esse risco exista também do outro lado do espectro não o diminui; apenas indica que a ferramenta, por sua natureza, convida ao abuso.

É nesse ponto que o "Exército do Lula" revela o seu perigo maior, que não é tecnológico, mas moral. Ele normaliza a ideia de que a política é guerra e de que o cidadão comum é recruta. Alimenta a lógica da desconfiança mútua e do ressentimento, a mesma que corrói a vida pública brasileira há uma década. E faz isso com o apoio do Estado, representado na figura de um presidente que se diverte em ganhar um celular de presente em cerimônia de alistamento simbólico, como se o cargo mais alto da República fosse compatível com a patente de comandante de torcida organizada.

Na balança

A democracia depende de uma arquitetura invisível: regras iguais para todos, linguagem que não desumaniza o adversário, instituições que arbitram sem olhar o time, governantes que entendem a vitória como mandato para servir, e não como licença para mobilizar. Cada uma dessas colunas é abalada quando a disputa política se militariza, mesmo que as armas sejam apenas figuras de linguagem e aparelhos celulares. Metáforas, afinal, são o primeiro estágio das práticas.

Um país não precisa de generais de WhatsApp para ser defendido. Precisa de cidadãos livres, de instituições que funcionem e de líderes que saibam a hora de baixar as armas. Se o exército que se diz pacífico quiser provar a sua boa-fé, que comece pelo gesto mais simples: dispensar a tropa, recolher as armas, enfiar o ódio no saco de sair de fininho.

»» A frase que foi pronunciada

"A democracia, que outrora era a voz do povo, tornou-se uma demonstração de loucura, não de liberdade. Ela ecoa com ruído, não com sabedoria — um coro de caos abafando a razão."

Bhuwan Thapaliya

»» História de Brasília

A Campanha Nacional Contra o Analfabetismo, que o sr. Jânio Quadros lançou com tanto estardalhaço, somente agora está sendo estruturada pelo ministro Oliveira Brito, que tem, no seu chefe de Gabinete, sr. Demades Madureira um dos grandes entusiastas. ***(Publicada em 27/5/1962)***